

Interinidade de Sarney dificulta evolução econômica

21 ABR 1985

JORNAL DO BRASIL

Brasília — A virtual paralisação da administração pública, em consequência da indefinição gerada pela interinidade do Presidente José Sarney, situação agravada pelo fato de a Nova República não ter um programa de Governo, poderá comprometer os objetivos de reativação da economia, tornando ainda mais difíceis as condições do setor privado.

Essa conclusão é de professores de economia e de políticos, alguns ligados ao próprio Governo. Para o Deputado Pratiní de Moraes, por exemplo, um ex-Ministro da Indústria e do Comércio do regime anterior e que hoje milita na Oposição, "o Governo, como principal vendedor e principal comprador, não pode parar". Ele estranha a "inexplicável lentidão" da Nova República, salientando que "essa paralisação poderá levar a uma queda do Produto Interno, anulando todos os esforços feitos no ano passado".

O raciocínio do Deputado Gaúcho não é mero jogo de efeito. Só as 20 mais importantes empresas estatais, de acordo com o critério da receita operacional líquida, acrescidas do Banco do Brasil, são responsáveis por cerca de 525 mil empregos diretos, sem contar as 49 companhias por elas controladas.

Dependência do Governo

Deixando de lado o total das folhas de pagamentos dessas estatais, injetando muito dinheiro no mercado, há um aspecto preocupante no jogo das forças econômicas: o grau de dependência do setor privado diante da falta de encomendas do poder público. Devido ao estado de saúde do Presidente eleito Tancredo Neves, as indicações para as diretorias de todas as estatais são feitas em **banho-maria**. Os diretores interinos, juntamente com os recém-nomeados, também estão de olho no sinal vermelho emitido pela Presidência da República, que proibiu gastar.

"O quadro é extremamente preocupante. O Governo

anterior não tinha um programa econômico, pois nunca teve um diagnóstico correto da realidade brasileira. Se o novo Governo não agilizar suas atividades, sem dúvida correrá o risco de repetir os erros da gestão passada", comentou Dércio Munhoz, professor de economia da Universidade de Brasília e que, num primeiro momento, chegou a colaborar com a equipe econômica do Presidente eleito Tancredo Neves, na fase da campanha.

Dércio Munhoz estima que a capacidade ociosa do setor privado, hoje, atinge o perigoso percentual de 25%. No seu entendimento, essa situação poderá ficar mais difícil ainda devido aos anunciados cortes no Orçamento Fiscal. "Houve um corte real de 35% e só o futuro dirá quem serão os felizes sobreviventes dessa política de terra arrasada", argumentou o professor da UnB.

Presença das estatais

Essas 20 principais estatais (mais o Banco do Brasil) dispõem de ativos reais totais da ordem de 60 bilhões de dólares. Entre elas, encontram-se a primeira no setor de petróleo e derivados (Petrobrás), duas das três primeiras do setor petroquímico (Petroquímica União e Copesul), a primeira entre as ferrovias (Rede Ferroviária Federal) e as duas primeiras no transporte marítimo (Lloydbras e Docenave).

Além disso, englobam a Companhia Vale do Rio Doce, a primeira classificada na área de ferrosos, a Cibrazem (primeira em armazenagem e abastecimento) e a Cobal (a sétima cadeia de supermercados), de acordo ainda com o critério da receita operacional líquida.

"O país tem que seguir tocando o bonde. Não pode parar", alerta o Deputado Elquisson Soares (PMDB-BA), que está com um pé no PDT. Ele acredita, entretanto, que, em parte, a atual crise "é natural, pois ninguém poderia nunca imaginar que fosse acontecer todo esse rolo". Mesmo

assim, admite que "a falta de um programa econômico tem um grande peso neste momento de indefinição prolongada que estamos vivendo".

O professor Lauro Campos, dos cursos de mestrado e graduação em economia, na Universidade de Brasília, não consegue esconder sua perplexidade com os fatos atuais. "Há diversos sinais que apontam graves reflexos na economia, inclusive comprometendo o crescimento do Produto Interno Bruto, devido aos acidentes da transição", declarou Lauro Campos. Ele cita a redução da atividade econômica nos Estados Unidos, para onde se direciona o maior volume das exportações brasileiras. "Como o nosso modelo econômico continua voltado para a exportação, vamos ter problemas pela frente", assinalou.

Lauro Campos também acusou a Nova República de não ter um programa de Governo, "pois os assessores de Tancredo Neves nunca fizeram um diagnóstico. Agora, o Presidente está muito doente e, de repente, o país descobriu esse equívoco. Ele não pode administrar e seus sucessores não sabem o que fazer".

Programa de emergência

O professor da UNB criticou os "monetaristas" (economistas que combatem a inflação via controle do crédito) que assumiram o comando da economia do novo Governo, salientando que "estão tentando do ponto-de-vista dos credores. O Brasil tem um modelo econômico voltado para o luxo, e não será com um simples programa de emergência, como se anuncia, que resolveremos todos os nossos males na área social".

Depois de recordar que "Campos Sales saiu apedrejado do Governo", Lauro Campos diz: "O Brasil não pode imitar o Reagan, que agora está colocando o pé no freio". Na sua

opinião, "contrair a demanda não é o nosso problema", acrescentando que "a crise da taxa de juros está atrelada à questão da dívida pública e não há solução pela ótica monetarista atual, pois continuam a ser transferidos recursos para o sistema financeiro".

Conforme revelou um alto funcionário do Banco Central, no final de março o saldo total dos empréstimos do sistema monetário chegou a Cr\$ 118 trilhões 30 bilhões, sendo Cr\$ 16 trilhões 484 bilhões por conta do Banco do Brasil (14%) e o restante a cargo dos bancos comerciais. O total de depósito à vista, no período, alcançou Cr\$ 20 trilhões 804 bilhões, dos quais Cr\$ 4 trilhões 185 bilhões (cerca de 20%) foram colocados exclusivamente no Banco do Brasil.

Para a Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), o Governo, manipulando volume tão acentuado de recursos, "precisa dar a partida no motor. A indecisão na nomeação de dirigentes governamentais, inclusive nos bancos oficiais, é um problema que transcende o próprio quadro partidário, pois é uma questão nacional".

O Deputado Pratiní de Moraes entende que alguns setores do Governo "funcionam sozinhos, como uma espécie de orquestra sem maestro, tamanha é a qualidade dos serviços da máquina administrativa". Entre os exemplos, ele cita a Caixa Econômica Federal, o Itamaraty e o Banco do Brasil.

O professor Dércio Munhoz também acredita que muitas estatais "continuam a funcionar normalmente, embora tenham dirigentes interinos". Mas ele alerta para "o perigo da imobilização", principalmente porque "está um pouco difícil entender como a Nova República pretende reativar a economia, contendo violentamente os gastos públicos".

MAURÍCIO CORREA